



505

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002562-21.2007.8.17.1090 (0268971-8)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JURANDIR FRANCISCO XAVIER JÚNIOR

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

EMENTA: PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. PROTESTO POR NOVO JURI. DECISÃO QUE SE COADUNA COM OS ELEMENTOS DE PROVA QUE INTEGRAM OS AUTOS. NÃO PROVIMENTO DA APELAÇÃO. UNANIMIDADE.

1. O julgamento é válido porque a decisão do Júri Popular guarda verossimilhança com os elementos de prova que integram os autos, razão pela qual o pleito de realização de novo julgamento deve ser indeferido.
2. Recurso que se nega provimento.

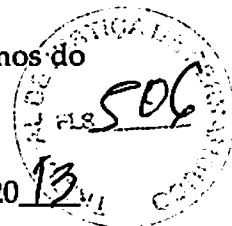
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0002562-21.2007.8.17.1090 (0268971-8), em que figura como apelante JURANDIR FRANCISCO XAVIER JÚNIOR, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de

6

Pernambuco, à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo, nos termos do
voto do Des. Relator.

Recife, 22 de 03 de 2013



Des.  Gustavo Augusto Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002562-21.2007.8.17.1090 (0268971-8)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JURANDIR FRANCISCO XAVIER JÚNIOR

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

RELATÓRIO

O Ministério Público do Estado de Pernambuco denunciou o apelante JURANDIR FRANCISCO XAVIER JÚNIOR, conhecido por "Júnior Box", e Maycon Luiz Barbosa de Oliveira, como incurso na sanção do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c. o art. 29 do Código Penal, e Lei 8.072/90, alterada pelas Leis 8.930/94 e 11.464/2007 (fls. 02 *usque* 06). O feito tramitou perante a Primeira Vara Criminal da Comarca de Paulista.

Emerge da *at*rial acusatória, ilustrada pelo procedimento inquisitorial, que no dia 16 de fevereiro de 2007, por volta das 23:30 horas, nas proximidades da Rua 30, Maranguape II, Paulista, o apelante, por motivo fútil e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima, utilizando-se de arma de fogo e instigado pelo segundo acusado, Maycon Luiz, teria efetuado vários disparos na direção da vítima fatal Severino Macrino Neto, conhecido por "Netinho".

Exsurge da denúncia que no dia do fato os acusados ingeriam bebida alcoólica no "Bar do Evandro", ocasião em a vítima desceu de um ônibus e o apelante teria feito o seguinte comentário: "esse cara me deve uma conta", referindo-se a um entrevero ocorrido na adolescência, momento em que o acusado Maycon Luiz teria dito: "por que tu não cobra agora". Instigado pelo co-denunciado, o apelante seguiu a vítima

e a matou efetuando vários disparos de arma de fogo, foragindo-se em seguindo para lugar incerto e não sabido.

O *libellum* inicial foi recebido em 18 de setembro de 2007.

O apelante foi interrogado em Juízo (fls. 161 *usque* 164).

Na fase do sumário foram inquiridas testemunhas do rol da denúncia, conforme termo de assentada de fls. 190 *usque* 196.

Defesa prévia com rol de testemunhas aforada pelo apelante às fls. 202/203.

Na audiência de continuação foram inquiridas as testemunhas restantes do rol da acusação (fls. 235/238, 240/244, 251/253 e 267/268).

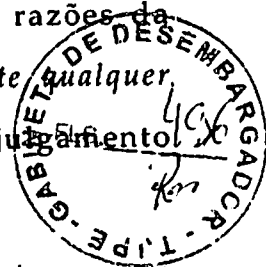
Foram inquiridas as testemunhas do rol da defesa técnica (fls. 279 *usque* 284).

Concluída a instrução do feito, as partes aduziram suas alegações finais. O Ministério Público argumentou que a prova indiciária aponta o acusado Jurandir Francisco como autor do fato e requereu a pronúncia deste e impronúncia do acusado Maycon Luiz, por inconsistência dos indícios probatórios (fls. 285 *usque* 289). O Defensor do apelante Jurandir Francisco, nos seus últimos argumentos, alegando que no conjunto probatório não há indícios que incriminem seu constituinte, propugnou pela absolvição do seu constituinte (fls. 318/322, 337/342).

O MM. Juízo *a quo* julgou procedente o pleito ministerial e prolatou a decisão de pronúncia de fls. 361/367, absolvendo o condenado Maycon Luiz Barbosa de Oliveira e pronunciando o ora apelante.

Conforme ata da sessão de julgamento (fls. 445/450), o Tribunal Popular condenou o apelante pela prática do homicídio qualificado pelo motivo fútil e pelo recurso que dificultou a defesa da vítima. Na sentença, o Juiz Presidente, considerando a decisão do Corpo de Jurados, fixou para o apelante pena definitiva de dezessete anos de reclusão (fls. 441/444).

A defesa, ao argumento de que houve manifesta contrariedade à prova, apelou em plenário do veredicto. Nas razões da insurgência, argumenta que "não há como atribuir ao apelante qualquer participação no homicídio", pelo que se impõe a anulação do julgamento para que outro seja realizado (fls. 474/479).



Nas contrarrazões, o Parquet alega que a sentença ora vergastada não merece ser reformada, pelo que requer o não provimento do apelo (fls. 484/487).

A douta Procuradoria de Justiça, também por entender que a decisão impugnada é indefectível, opina pelo não provimento para que a sentença seja integralmente mantida (fls. 490/492).

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 13 de setembro de 2021.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002562-21.2007.8.17.1090 (0268971-8)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JURANDIR FRANCISCO XAVIER JÚNIOR

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

VOTO

Conforme relatado, o apelante JURANDIR FRANCISCO XAVIER JÚNIOR, conhecido por "Júnior Box", pugna pela reforma da decisão proferida Tribunal do Júri da Comarca de Paulista, que lhe condenou pela prática do homicídio da vítima Severino Macrino Neto, qualificado pelo motivo fútil e pelo recurso que dificultou a defesa, O Exmo. Juiz Presidente, considerando a decisão do Corpo de Jurados, fixou para o apelante pena definitiva de dezessete anos de reclusão.

Nas razões da insurgência o apelante argumenta que existem elementos que possam embasar a conclusão de que ele participou do homicídio, pelo que se impõe a anulação do julgamento para que outro seja realizado (fls. 474/479).

A análise da presente medida recursal é adstrita ao ponto indicado nas razões do inconformismo¹. Assim, passo a elencar elementos probatórios que se coadunam com a decisão dos Membros do Conselho de Sentença: o cunhado da vítima fatal, a Testemunha Leonardo Leopoldino

¹ Súmula 713 (STF): O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição

da Silva, morador da localidade onde ocorreu o crime, prestou o seguinte depoimento em juízo, *in verbis*:

508

"(...) que soube do crime às 23:00h por meio de vizinhos informando que tinham matado o seu cunhado; que não sabe quem tenha presenciado o crime; que o comentário muito grande é que Jurandir tinha disparado contra a vítima; que Jurandir estava no bar do Evandro; que a vítima era usuária de maconha; que a vítima trabalhava no grupo Wal Marte do Bompreço; que não sabe dizer sobre a participação de Maycon no crime; que não sabe se réus conheciam a vítima e não sabe se a vítima tinha algum débito com os réus; que a vítima vinha do trabalho quando foi morta; que populares disseram que a vítima desceu do ônibus e foi em sentido a casa dela (...) que ouviu dos populares que Junior Box ao deparar-se com a vítima os amigos perguntaram porque Junior Box não cobrava a dívida agora; que Junior Box salu a procura da vítima, efetuou dois tiros; que a vítima tentou pular o muro de uma rua por trás do mercado não conseguindo e morrendo ali mesmo; que muitas pessoas presenciaram o crime e não falaram porque tem medo; (...)"

A irmã da vítima, Rosângela da Conceição Macrino, depôs nos seguintes termos em Juízo:

"(...) que o Junior Box, na adolescência, namorou com Cassandra que depois tornou-se esposa da vítima; que não sabe se a vítima tinha algum débito com o réu Junior Box e não sabe se havia inimizades entre eles; (...) que o comentário que rola é que Junior Box matou a vítima; que não sabe se foi sozinho ou com mais alguém; que teme por sua vida por causa do seu depoimento. (...)"

Fátima da Conceição Macrino, também irmã da vítima, afirmou em juízo que:

"(...) a vítima era esposo da testemunha kassandra há 06 anos; que tem um filho de 04 anos; que viviam em harmonia; que o comentário em Maranguape II depois do crime é que Junior Box tinha matado a vítima; que não houve comentários de que Maycon estaria envolvido na morte de Netinho; que não sabe o motivo da morte; que Kassandra, esposa da vítima soube de comentários de Junior Box teria sido o autor da morte da vítima; que nunca viu os réus; que não sabe de inimizades envolvendo inimizades entre Junior Box e as vítimas; que não sabe se no dia do crime a vítima esteve no Bar de Evandro; que a vítima quando foi morta vinha do trabalho;

que não sabe se o local do fato fica próximo a uma parada de ônibus; que uma vizinha avisou a depoente da morte do seu irmão Netinho; que a vizinha não falou sobre a autoria; que Kassandra quando adolescente namorou com Junior Box, mas que isso não tem nada a ver com a morte da vítima; que não sabe se Junior Box é envolvido com drogas; que não sabe se a vítima era envolvida com drogas; que não sabe se a vítima andava armada; que afirma que sua ex-cunhada Kassandra recebe pensão do marido; que nada sabe sobre o seguro; que não sabe se a vítima tinha inimigos; que a vítima trabalhava na padaria do Bompreço do Shopping Tacaruna (...)" 509

Os elementos da prova supratranscritos indicam que o apelante foi o autor do crime de que tratam os autos, de modo que não se pode falar em ausência de fundamentação e nem em decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Nesta hipótese o conselho de sentença, acolhendo uma das versões apresentadas no julgamento, concluiu que o ora apelante foi o autor do crime, isto com base nas provas testemunhais colhidas no curso da instrução criminal.

Os Jurados optaram por uma das teses apresentadas em plenário e proferiram seu *veredicto* de acordo com aquela versão que lhes pareceu mais plausível, de modo que a alegação de que houve decisão manifestamente contrária a prova não merece ser acolhida. Sobre o assunto, é uníssono o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"EMENTA: CRIMINAL. RESP. JÚRI. CONDENAÇÃO POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSODEFENSIVO. PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME. RECURSO PROVIDO.

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos à decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra intelramente divorciada da prova existente no processo. Precedentes. Recurso provido, para cassar o acórdão recorrido e determinar o restabelecimento da decisão proferida pelo Tribunal do Júri." (RECURSO ESPECIAL 2005/0215437-2, Relator: GILSON DIPP, Órgão Julgador: QUINTA TURMA, Data do Julgamento: 12/09/2006).

"Opção dos jurados por uma das versões dos autos: STF – Júri – Veredictos – Soberania – A soberania dos veredictos dos Tribunais do Júri revela uma garantia constitucional – alínea c do inciso XXXVIII do art; 5º da CF. Optando o Conselho de Sentença por uma das versões existentes nos autos, aliás a mais crível e corroborada pelas palavras das testemunhas, inviolável é o reconhecimento da

***nulidade do veredicto por decisão manifestamente contrária à
prova dos autos.***" (in CPP Interpretado, J.F. Mirabete, 11ª ed. P.1491)

510

Ante o exposto, em sintonia com o pronunciamento da douta Procuradoria de Justiça, voto pelo não provimento da apelação criminal interposta, para que o *decisum* vergastado seja mantido integralmente.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 20 13


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002562-21.2007.8.17.1090(0268971-8)
COMARCA : PAULISTA – 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE : JURANDIR FRANCISCO XAVIER JÚNIOR
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA
REVISOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADORA : SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de recurso de apelação criminal interposto por **JURANDIR FRANCISCO XAVIER JÚNIOR**, vulgo "JÚNIOR BOX", inconformado com a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Paulista que, nos autos do processo crime nº 0002562-21.2007.8.17.1090, o condenou nos termos do artigo 121, §2º, II e IV, do Código Penal¹ a 17(dezessete) anos de reclusão.

Às fls. 441/444 encontra-se a sentença condenatória.

A defesa apresentou razões recursais, às fls. 474/480, requerendo a anulação da decisão para que o réu seja submetido a novo júri, aduzindo que a condenação foi contrária a prova dos autos.

Em contrarrazões, às fls.484/487, o *parquet* pugna pelo improvimento do apelo e pela manutenção da sentença condenatória, aduzindo não existir quanto a esta qualquer irregularidade.

A Procuradoria de Justiça, na pessoa da Procuradora Sueli Gonçalves de Almeida, ofertou parecer às fls.490/492, opinando pelo improvimento do apelo defensivo.

Relatório lançado à revisão em 13/11/2012.

Passo ao exame do **mérito** da questão.

¹ CP

Homicídio simples

Art 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

II - por motivo fútil;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

3
1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Narra a denúncia, às fls. 02/06, que no dia 16/02/2007, por volta das 23h30min, nas imediações da Rua 30, em frente ao nº69, no bairro de Maranguape II, Município de Paulista, o acusado Jurandir Francisco Xavier Júnior, conhecido como "Júnior Box", por motivo fútil e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima, fazendo uso de arma de fogo e instigado pelo também denunciado Maycon Luiz Barbosa de Oliveira, deflagrou vários disparos contra SEVERINO MACRINO NETO, o "Netinho", causando-lhe os ferimentos descritos na perícia tanatoscópica de fls.16, que foram a causa de sua morte.

Ainda de acordo com a exordial, no dia do fato os acusados bebiam no Bar de Evandro, localizado na Av. A, centro de Maranguape II, quando Jurandir avistou a vítima descendo do ônibus e fez o seguinte comentário: "esse cara me deve uma conta", referindo-se a uma desavença ocorrida na adolescência, ocasião em que Maycon teria respondido: "por que tu não cobra agora".

Ato contínuo, Jurandir seguiu a vítima e efetuou vários disparos de arma de fogo contra ela, que faleceu no local, não resistindo à gravidade dos ferimentos.

O acusado Maycon Luiz Barbosa de Oliveira foi impronunciado. Já o réu Jurandir foi condenado nas penas do art.121, §2º, II e IV do CP. Insurge-se a defesa, com fulcro no art.593, III, d, do CPP, contra a decisão do Tribunal do Júri que condenou o apelante a 17(dezessete) anos de reclusão. Alega que não há prova nos autos de que o réu tenha praticado o crime que lhe é atribuído na denúncia.

Pois bem.

Entendo que não assiste razão ao apelante.

A alegação de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos não procede.

Os jurados decidem por íntima convicção, sem a necessidade de justificativas, podendo optar por uma das versões trazidas a Plenário, desde que a tese escolhida encontre arrimo em algum dos elementos de prova constantes do processo. No caso em tela, compulsando os autos, verifico que a materialidade é incontestada, conforme a certidão de óbito, de fls.14, a perícia tanatoscópica, de fls.16 e o exame em local do homicídio, de fls. 47/52. Quanto à autoria delitiva, os jurados acataram a tese da acusação, que aponta o apelante como autor do delito.

De fato, as provas colhidas em sede policial e em juízo, permitem a conclusão a que chegou o corpo de jurados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Em sede policial, os depoimentos das testemunhas foram uníssonos em apontar o apelante como autor do delito.

Kassandra Leopoldina da Silva, companheira da vítima, às fls.25/28, informou que:

"[...]jáias após o crime foi que passaram a informar para a depoente que quem teria matado o seu companheiro NETINHO teria sido JÚNIOR BOX;[...];QUE JÚNIOR BOX, depois que passou para a vida de bandido, sempre comentava que onde pegasse NETINHO o mataria, pois ele lhe devia uma conta".

Leonardo Leopoldino da Silva, cunhado da vítima, às fls.29/33 declarou que:

"[...]o fato de JÚNIOR BOX ter matado NETINHO teria sido por conta de uma briga quando JÚNIOR BOX ainda era adolescente;[...]muitas pessoas não falam sobre o que viram porque têm medo;QUE afirma o depoente que JÚNIOR BOX e os comparsas de Santa Amara são realmente muito temidos pela comunidade".

Fátima da Conceição Macrino, irmã da vítima, às fls.34/36 contou que:

"[...]sabe quem matou seu o irmão NETINHO foi JÚNIOR BOX; QUE, segundo a depoente, foi JÚNIOR BOX quem efetuou os disparos de arma de fogo que vitimaram o irmão da depoente, NETINHO; QUE já fazia muito tempo que JÚNIOR BOX dizia que iria matar NETINHO".

Evandro Campos da Silva, às fls.121/123 declarou que:

"[...]todos temem JÚNIOR BOXE, ou seja, que o mesmo é traficante e homicida;[...];[...]passou a ouvir comentários de que o autor do homicídio que vitimara NETINHO havia sido JÚNIOR BOXE e seus comparsa".

Fabiano Alves de Moura, às fls.126/128, afirmou que:

"[...]momentos antes de acontecer aquele homicídio, JÚNIOR BOXE e um grupo de outros que afirma não conhecer, bebiam no bar onde trabalha, tendo os mesmos saído do bar portando inclusive deixando o consumo em aberto, sem efetuar pagamento".

Os testemunhos colhidos em juízo também incriminam o apelante.

Às fls.191/192, Fátima da Conceição Macrino, irmã da vítima, declarou que:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

"[...]o comentário em Maranguape logo depois do crime é que Júnior Box tinha matado a vítima;[...]que Cassandra, esposa da vítima soube de comentários de Junior Box teria sido o autor da morte da vítima".

Fabiano Alves de Moura, às fs.194, relatou que:

"[...]ao tempo do crime, Júnior Box esteve com um grupo no bar e sai correndo antes da morte da vítima, com o grupo, sem pagar a conta".

Leonardo Leopoldino da Silva, às fs.235/237, afirmou que:

"[...]a vítima era jurada de morte por Junior Box por causa de briga de infância;[...]ouviu dos populares que Junior Box ao deparar-se com a vítima os amigos perguntaram porque Junior Box não cobrava a dívida agora; que Junior Box saiu a procura da vítima, efetuou dos disparos;[...]que muitas pessoas presenciaram o crime e não falaram porque tem medo".

Assim, verifica-se que os indícios de autoria são robustos e somente quando absolutamente nada no contexto probante ampara o veredicto é que a decisão poderá ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos. Encontrando o decisum sustentado mínima no caderno probatório, está ele legitimado.

À luz do expendido, portanto, não há que se falar em cassação do veredicto do Tribunal Popular. Não há qualquer irregularidade na decisão do Conselho de Sentença. Nesse sentido é o entendimento dessa E. Corte de Justiça, consoante os seguintes julgados:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO NO ART. 593, III, "D" DO CPP. DECISÃO DO JÚRI NÃO DISSOCIADA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. CASSAÇÃO DOS JURADOS PELA TESE DA ACUSAÇÃO. PREJULGAMENTO À SOBERANIA DO VEREDICTO DO JÚRI. RECURSO DE UNANIMIDADE DE VOTOS FOI NEGADO. RECURSO DO DEFENSOR DE APELAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Interposição de apelação com fundamento na alínea "d" do inciso III do art. 593 do Código de Processo Penal, decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, só se admite anulação do julgamento quando a decisão é arbitrária, divergindo substancialmente das provas apuradas no processo. 2. Se a tese proposta pela acusação, acolhida pelo Conselho de Sentença, encontra amparo no conjunto probatório contido nos autos, deve prevalecer a soberania dos veredictos, não sendo possível anular o julgamento proferido no Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

do Júri. (Trib. de Jus. Crim. nº 144704-3, 4ª Câmara Criminal, rel. Des. Marco Antonio Cabral Maggi, julgado em 07/05/2007)

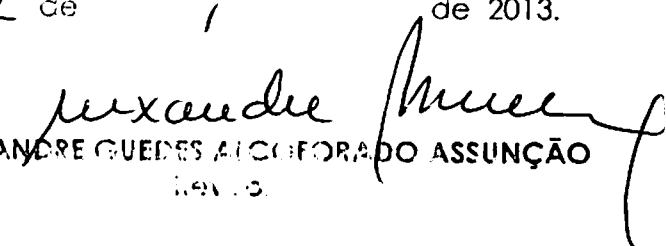
Penal e Pr. Penal. Tribunal do Júri. Art. 121 c/c 21, §1º do CP. **Apelação da defesa alegando decisão contrária as provas dos autos. Improcedente. Conselho de Sentença analisou perfeitamente as provas carreadas aos autos, as alegações da defesa e as razões do libelo, formando seu convencimento, optando pela versão que entenderam correta e convincente. CPP. Decisão mantida.** (Trib. de Jus. Crim. nº 133714-2, 1ª Câmara Criminal, rel. Des. Rômulo Brayner, julgado em 07/05/2007)

Dessa forma, a análise dos autos torna evidente a total adequação entre o conjunto probatório e a decisão dos jurados, não havendo qualquer irregularidade a ser sanada.

Posto isto, **nego provimento ao recurso de apelação, mantendo incólume a decisão vergastada.**

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2013.


DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
Relator